

10.º CONGRESSO

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

CGTP-ACÇÃO • FICHA TÉCNICA • Redacção, Grafismo, Paginação e Impressão: CGTP-IN
Director: Ulisses Garrido • N.º 50 • Dezembro 2003

ACÇÃO

Desenvolvimento com Qualidade de Emprego

O emprego e a qualidade do emprego são questões muito caras aos trabalhadores. É natural por isso que o 10º Congresso da CGTP-IN lhes dedique espaço e atenção alargados. As causas e as vias de solução do problema da baixa qualidade do emprego é matéria em análise, sendo certo que:

- o emprego de qualidade é instrumento indispensável para uma estratégia de desenvolvimento económico e social;
- o desenvolvimento depende de uma força de trabalho qualificada, bem remunerada e com direitos;
- só com um emprego de qualidade é possível tirar partido da revolução tecnológica.

Contudo, dum modo geral, a actuação do patronato continua a traduzir-se em:

- produções pouco exigentes e serviços de fraca qualidade
- procura de mão-de-obra pouco qualificada
- baixos salários e horários longos
- precariedade do emprego.

A isto chama-se andar no sentido inverso ao que o país e os portugueses precisam.

Este comportamento desincentiva a formação e qualificação profissionais e desaproveita as competências técnico-profissionais adquiridas.

A CGTP-IN está empenhada na concretização de uma estratégia de desenvolvimento económico e social do país. Afirma-se, inclusive, disposta a contribuir para a melhoria da produtividade e da competitividade, o que considera fundamental para contrariar a tendência para a periferização do país. Mas avisa o patronato: é preciso deixar as meras declarações de intenções e passar a conteúdos e compromissos concretos, objectivos, rigorosos e justos.

CGTP
Intersindical Nacional
*Sempre por si,
sempre consigo!*



10º
CONGRESSO

Receba na hora a nossa informação ➤ Inscreva-se na mailing list em ➤ www.cgtp.pt

30 e 31 Janeiro 2004

TRABALHO QUALIFICADO

bem remunerado e com direitos para todos

O Estado deve assegurar o direito ao trabalho para todos e que, no emprego, os direitos dos trabalhadores, a começar pelo direito à segurança no emprego, sejam respeitados. É a própria Constituição da República que o determina. Não obstante, esta é uma realidade que parece estar ainda distante no nosso país.

Trabalhar e ter segurança no emprego são direitos estruturantes. A sua não realização priva as pessoas de outros direitos laborais e sociais. Desde logo, o direito a uma remuneração que garanta as condições de sobrevivência.



OS ERROS do patronato e do Governo

A situação do emprego é inaceitável. Deve-se à combinação de vários factores e às escolhas do patronato e do Governo, entre os quais:

A aplicação de um modelo de desenvolvimento errado, assente em baixos salários, baixas qualificações e forte exploração da mão-de-obra;

As políticas de convergência nominal na UE (pacto de estabilidade);

O processo de alargamento da União Europeia em curso;

A recessão da actividade económica;

A política económica do Governo PSD/PP e a sua obsessão com o défice;

A facilidade com que se despede e se faz todo o tipo de pressão para conseguir rescisões por "mútuo acordo".

Portugal precisa duma política de desenvolvimento económico que garanta, ao mesmo tempo, crescimento económico e pleno emprego.

CGTP
Intersindical Nacional

OS CUSTOS do desemprego

Desde que o Governo PSD/PP tomou posse, o desemprego não tem parado de subir. É mais agudo nas regiões onde não existem empregos alternativos. Atinge já quase de meio milhão de pessoas, o que se traduz em pesados custos humanos, sociais e económicos, a saber:

- afecta as condições de subsistência das pessoas,
- provoca problemas de saúde graves e deteriora as relações familiares,
- destrói qualificações,
- agrava a situação da segurança social, pois quem antes gerava receitas passa a dar despesas,
- favorece a exclusão social

Não é possível combater o desemprego sem uma estratégia de desenvolvimento económico e social. As chamadas políticas activas de emprego não resolvem o problema. Quando muito, atenuam os seus efeitos.

A CGTP-IN preconiza políticas efectivas de prevenção do desemprego, como forma de garantir os direitos dos trabalhadores.

CONTRATOS DEVEM responsabilizar as empresas

Não é de agora. A CGTP-IN defende há muito a responsabilização contratual das empresas estrangeiras cuja instalação no nosso país seja apoiada pelo Estado, quando não cumpram os compromissos estabelecidos, por razões de reestruturação e de deslocalização. As fusões e aquisições de empresas, as reestruturações e deslocalizações têm consequências sociais muito sérias, destacando-se a supressão de empregos.

A eliminação de empregos e os despedimentos não são aceitáveis. Para a CGTP-IN, o que deve existir é:

- o envolvimento dos trabalhadores e seus representantes nestes processos e a aplicação do direito de informação e consulta, para prevenir e atenuar as consequências sociais das reestruturações.
- a transferência de trabalhadores para outras empresas ou estabelecimentos do mesmo grupo económico;
- a procura activa de medidas alternativas, como as reclassificações, a formação e a reconversão profissional;
- sanções às empresas que não procurem alternativas aos despedimentos colectivos;
- a procura de novos empresários para actividades interrompidas.



POR ONDE DEVE PASSAR O O DESENVOLVIMENTO

Portugal tem uma taxa de investimento superior à média comunitária, mas investe-se em sectores de trabalho ilegal, de fraco efeito reprodutivo e baixo valor acrescentado, não contribuindo para aumentar a produtividade e a competitividade.

Com as mesmas condições, os nossos trabalhadores são tão produtivos em Portugal, como o são nos países para onde emigram.

Onde está então o mal? Como garantir um efectivo desenvolvimento económico e social?

Os três objectivos da UE

A CGTP-IN considera que os três objectivos da estratégia europeia de emprego aprovada em 2003 — pleno emprego, qualidade e produtividade do trabalho, coesão e mercado de trabalho inclusivo — são adequados.

Mas há que aprofundar o debate sobre os meios de os alcançar, tanto no plano nacional, como no plano comunitário.

É necessário que a política económica dê prioridade ao emprego e se cumpra o Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação, assinado por todos os parceiros sociais.

Medidas para melhorar a qualidade do emprego

A qualidade do emprego tem um papel essencial na estratégia de emprego.

A CGTP-IN considera elementos essenciais numa política correcta:

- a educação ao longo da vida
- a redução da precariedade de emprego;
- o combate à sinistralidade laboral.

A precariedade e o trabalho ilegal têm repercussões negativas nos salários, na segurança de emprego, no acesso à segurança social, ao crédito bancário e à formação profissional, e combatê-los constitui uma prioridade.

Os jovens, os imigrantes e as mulheres são os mais atingidos.

A aprovação do Código do Trabalho veio criar condições para uma maior precariedade.

Vamos agir com grande empenhamento na contratação colectiva. A empregos permanentes devem corresponder contratos de trabalho permanentes.

1 Existe uma **fixação obsessiva do Governo no equilíbrio orçamental**, sem uma estratégia de desenvolvimento.

Em recessão, a política orçamental deveria contribuir para impulsionar a actividade económica. O Governo faz o contrário, o que tem efeitos desastrosos na economia e nas receitas do Estado. É uma política errada, propositadamente orientada para fazer aceitar cortes nas despesas do Estado e nos salários dos seus trabalhadores.

2 Há uma **especialização produtiva pouco exigente**. O perfil das exportações continua dominado por produtos pouco sofisticados, sem marca própria e com baixa utilização de novas tecnologias. Este factor explica, em grande medida, o baixo nível salarial, a fraca incorporação de trabalho qualificado e de actividades de I&D (Investigação e Desenvolvimento), a ausência de formação contínua e a economia paralela ou informal. Portugal precisa de evoluir para produções mais exigentes, com maior valor acrescentado e para serviços de maior qualidade. Uma força de trabalho qualificada é indispensável para o aumento da produtividade e para a competitividade. É preciso apostar na qualidade do emprego, incluindo a qualificação dos trabalhadores.

3 É **diminuto o trabalho em áreas científicas e tecnológicas** em Portugal. O número de investigadores é muito baixo e as empresas têm uma fraquíssima participação em I&D. Contudo, estas actividades desempenham um papel fundamental numa política de desenvolvimento. O Estado e as empresas têm que rapidamente começar a apostar neste área.

4 Falta **organização e gestão nas empresas, o que tem efeitos inevitáveis em termos de produtividade**.

A mentalidade patronal, dominada pela inércia, pela busca do lucro fácil, pela concorrência desleal, pela subsidio-dependência e pela falta de transparência, tem de mudar.

No plano laboral, impõe-se:

- Aumentar a participação dos trabalhadores nos processos de introdução de novas tecnologias;
- Aumentar o escasso investimento das empresas em formação;
- Difundir as tecnologias através da formação contínua;
- Valorizar a formação de reconversão;
- Travar o recurso pelas empresas à saída precoce dos trabalhadores, em vez de investirem na formação.

➔ Por onde deve passar o desenvolvimento

5 | O desenvolvimento tem de ter uma dimensão regional. O processo de convergência de Portugal com o nível médio da UE foi acompanhado de persistentes e crescentes disparidades regionais. O interior desertifica-se e aumenta a pressão demográfica sobre os grandes centros urbanos do litoral. Este processo agravar-se-á com a redução dos fundos estruturais. Isto obriga a orientar as políticas macroeconómicas, a nível nacional e comunitário, para a coesão económica e social, através dum desenvolvimento equilibrado das regiões.

6 | O Estado tem um papel crucial no apoio e dinamização do desenvolvimento, pois:

- Controla mecanismos de distribuição de rendimentos que podem reduzir as desigualdades sociais e gerar recursos necessários à modernização da economia;
- Tem a palavra principal em factores essenciais ao desenvolvimento, como a educação e a formação, a saúde, a justiça, a segurança social, a rede de infraestruturas, a investigação e desenvolvimento, a informação estatística e outros domínios.

Temos que impedir que as funções do Estado se diluam e ao mesmo tempo exigir avaliações regulares e sistemáticas dos serviços do Estado e das políticas públicas.

Defendemos que o Estado mantenha uma posição importante em áreas fundamentais para o desenvolvimento do país, como o sector financeiro, a energia, os transportes, a água e as comunicações.

7 | Há que garantir uma maior eficiência da Administração Pública. Para levar a bom termo uma reforma da Administração Pública capaz de garantir mais e melhores serviços públicos à população, é preciso:

- Haver orientações claras e adequadas sobre os serviços públicos a prestar;
- Proceder às reorganizações de estrutura pertinentes, de forma a evitar duplicações, combater desperdícios e simplificar regras e processos;
- Promover maior descentralização, desconcentração e autonomia dos serviços;
- Motivar os trabalhadores da função pública para a "reforma" da AP;
- Terminar com o clientelismo.

A reforma da Administração Pública faz-se com trabalhadores motivados, não se faz sacrificando os seus direitos e as suas remunerações, como está a querer fazer o Governo PSD/PP.

8 | O sector público e o sector cooperativo e social têm uma importante palavra a dizer. A economia não se esgota no sector privado, como defendem as teses liberais.

9 | Exige-se ética e rigor na sociedade portuguesa, condição para haver relações diferentes entre o Estado e os cidadãos. Não é aceitável:

- uns pagarem impostos e contribuições sociais no essencial, os trabalhadores e outros não;
- a economia clandestina atingir níveis tão elevados;
- Portugal ser dos países europeus onde menos se respeitam os direitos e disposições da contratação colectiva;
- a sinistralidade laboral atingir níveis de calamidade;
- o patronato não cumprir os acordos que assina e só assinar acordos para "sacar" subsídios;
- não controlar a aplicação dos fundos recebidos pelos patrões para formação profissional e outros fins.

10^o

CONGRESSO

30 e 31 Janeiro 2004

*Contratação
Colectiva*

*Emprego
de Qualidade*

*Solidariedade
e Justiça Social*

CGTP

Intersindical Nacional

*Sempre por si,
sempre consigo!*